

## Capitalismo e democracia em uma temporalidade neoliberal

Erick Kayser

Doutorando no PPGHIST- UFRGS

Um dos traços marcantes que definem o mundo contemporâneo é a incidência do neoliberalismo como expressão hegemônica plena, quase sem adversários à altura, capazes de efetivamente rivalizar seu domínio. Certos ditames do neoliberalismo converteram-se em uma espécie de “saber popular”, tornando-se ilegítimo sequer questionar estes princípios, como por exemplo, a obrigatoriedade dos Estados “honrarem suas obrigações” com a banca financeira, em detrimento do bem-estar de seu povo. Para justificar a adoção das chamadas “medidas amargas”, evoca-se um permanente jogo discursivo onde uma retórica neoliberal sobre o tempo se faz valer em toda sua essência. O discurso neoliberal opera permanentemente a partir de uma lógica *presentista* da política: apontando para uma certa leitura antinostálgica do passado (“erros cometidos lá atrás nos trouxeram a esta situação”) e uma prospecção negativa do futuro (“se as reformas não forem feitas, o desastre será inevitável”), articula-se assim uma perspectiva política onde o presente é o único horizonte possível.

A relação entre o neoliberalismo e o tempo é algo ainda longe de ser evidente, a bem da verdade, como já foi insinuado no parágrafo anterior, o próprio caráter do neoliberalismo é um objeto coberto por certa controvérsia. A despeito da ampla profusão de trabalhos acadêmicos e usos políticos, uma definição sobre a natureza das ideias e práticas neoliberais coloca-se como um desafio. Como aponta Mirowski (2009, p.418-420) as dificuldades se iniciam desde a constatação de que o termo em geral não é usado pelos próprios neoliberais, sendo utilizado principalmente por seus críticos. Além disso, em termos intelectuais, um exame das ideias dos principais apologistas do ideário neoliberal aponta para algumas sensíveis diferenças políticas e conceituais quando do exame pormenorizado das suas ideias defendidas. Longe de invalidar o termo, estas dificuldades que envolvem o estudo sobre o neoliberalismo atestam sua singularidade histórica. Vejamos um pouco do percurso da evolução histórica do neoliberalismo.

Tendo suas origens no período do entreguerras, em seus primeiros passos destaca-se o Colóquio Walter Lippmann<sup>1</sup>, um espaço onde buscou-se a ambiciosa meta de superar os impasses da crise do liberalismo clássico através de um novo liberalismo<sup>2</sup>. Após o

1 Foi uma conferência de intelectuais organizada em Paris, em 1938, que resultou na criação do *Comité international d'étude pour le renouveau du libéralisme* (CIERL), de vida efêmera devida a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

2 Na reunião o termo neoliberalismo foi utilizado pelo ordoliberal alemão Alexander Rustow, referindo-se à rejeição do antigo *laissez-faire*. (PLEHWE, 2009, p.12).

desfecho da guerra, com a adoção generalizada pelos países ocidentais de políticas Keynesianas e/ou social-democratas, iniciou-se um período que ficaria conhecido como a Era de Ouro do capitalismo, onde um crescimento econômico robusto, tendo o Estado como indutor, se estenderia quase que sem sobressaltos até o início da década de 1970. Este cenário parecia contradizer as previsões alarmistas de liberais radicais como o grupo da Sociedade Mont Pèlerin<sup>3</sup>. O ponto de virada ocorre na década de 1970, quando a nem tão silenciosa “revolução neoliberal” obtêm significativas vitórias políticas, aproveitando um contexto de sucessivas e variadas crises daquele período. Iniciando-se com o colapso dos acordos de Bretton Woods, em 1971, seguida pela crise do petróleo de 1973 e o crash da bolsa em 1973-1974, acompanhada pela recessão dos anos seguintes, fragilizaria as políticas keynesianas e desenvolvimentistas, enquanto as variadas correntes inspiradas nas ideias neoliberais ganham força. É neste contexto que o neoliberalismo deixa de ser uma abstração para ter sua primeira experiência a frente das políticas econômicas de um país. O laboratório foi o Chile, sob ditadura após o golpe de 11 de setembro de 1973, que colocou o Gen. Augusto Pinochet no poder.

O fato da sanguinária ditadura Pinochet ter sido a primeira experiência de um governo neoliberal, como veremos adiante, não é casual ou desviante, mas reveladora do *ethos* antidemocrático do neoliberalismo. Comandada por um grupo de economistas conhecidos como *Chicago Boys* – por sua adesão as ideias de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago – foi conduzido um programa de amplas privatizações de empresas públicas, abertura do mercado para investimentos externos (sem controle de remessas de lucros para o exterior), a privatização da seguridade social, entre outras medidas impopulares, que só foram possíveis (na velocidade e forma em que ocorreram) através de um regime autoritário. Os resultados para o Chile, ao contrário do previsto pelos ideólogos de Chicago, foram trágicos, levando a economia chilena a resultados pífios, precipitando, em boa medida, o próprio fim do regime de Pinochet. O aparente fracasso chileno reservaria importantes lições.

Quando da chegada de Margaret Thatcher como primeira-ministra da Inglaterra e Ronald Reagan à presidência dos EUA, a bagagem chilena forneceu bases para as políticas de reestruturação neoliberal nestes países. “Não pela primeira vez, uma experiência brutal realizada na periferia transformou-se em modelo para a formulação de políticas no centro” (HARVEY, 2008, p.19). O modelo neoliberal disseminou-se rapidamente pelo ocidente, influenciando não apenas forças políticas liberais, mas também absorvendo a social-

---

3 Fundada em 1949 por Friedrich von Hayek – representante mais destacado da chamada Escola Austríaca – na localidade Suíça de mesmo nome, a Sociedade Mont Pèlerin forjaria boa parte do que poderíamos chamar de um *corpus* teórico neoliberal, assim como as estratégias políticas para ganhar espaço social. Ainda em atividade, segue como um dos mais influentes difusores do pensamento neoliberal.

democracia europeia<sup>4</sup>. Mesmo enfrentando resistências variadas, na década de 1990, as políticas públicas neoliberais estavam amplamente difundidas pela Europa, EUA, parte da Ásia e aportavam com força na América Latina, através de governos como os de Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru e Fernando Collor no Brasil. Após o fim da União Soviética, com ares triunfante, o chamado Consenso de Washington representaria as ambições globais totalizantes do ideário neoliberal.

Por certo não se trata de um percurso sem sobressaltos e reveses. Nos anos 2000, a ordem neoliberal seria abalada, por exemplo, pelas vitórias eleitorais da esquerda na América do Sul, a crise da União Europeia, novos nacionalismos e fundamentalismos, etc, que ampliaram as fissuras do “pensamento único”. Neste esforço de aqui esboçar alguns tópicos envolvendo a ascensão das ideias e políticas neoliberais de forma abrangente (e portanto lacunar), buscou-se constituir o cenário de um processo histórico ainda em curso. Para o problema debatido aqui, cumpre ainda uma melhor definição sobre seu caráter em si.

Dentro de uma caracterização marxista, o neoliberalismo é inserido em uma dinâmica combinada da crise de circulação e acumulação de capital – cuja crise econômica dos anos 1970 seria expressão maior –, acompanhadas por mudanças técnicas e sociais nas relações produtivas. Assim, “o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno” (THERBORN, 1995, p.39). Muitas destas mudanças tiveram por intenção ou efeito a diluição do poder de classe gerado pelos sindicatos e estados de bem-estar redistributivos, assim como um abalo nas expectativas geradas pelas democracias liberais.

Mesmo ostentando resultados questionáveis quando implementadas, as ideias neoliberais apresentam uma adesão inquestionável. “Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes” (ANDERSON, 1995, p. 23). O neoliberalismo é percebido, desta forma, com uma manifestação hegemônica e com esta condição, promoveu alterações sociais em diversos níveis e alcances variados<sup>5</sup>.

Compartilhando desta percepção ampliada dos efeitos do neoliberalismo, uma outra abordagem crítica tiraria conclusões com implicações distintas. Me refiro aqui as leituras que apontam a conversão do neoliberalismo em uma *racionalidade*. Esta tese deriva de uma leitura da noção de *governamentalidade* de Michel Foucault, em particular de sua obra

---

4 Para um exame pormenorizado do processo de conversão dos partidos sociais-democratas europeus aos ideários neoliberais, ver ANDERSON & CAMILLER (1996).

5 No marco teórico do pós-marxismo, Laclau e Mouffe, em 1985, diagnosticam na mesma direção, antevendo esta vocação hegemônica: “Estamos assistindo a emergência de um novo projeto hegemônico, o do discurso liberal conservador, que intenta articular a defesa neoliberal da economia de livre mercado com o tradicionalismo cultural e social profundamente anti-igualitário e autoritário do conservadorismo.” (LACLAU & MOUFFE, 1987, p.290).

*Nascimento da biopolítica* e originalmente elaborada por Wendy Brown<sup>6</sup>. Nesta perspectiva, os franceses Pierre Dardot e Christian Laval desenvolvem em *A nova razão do mundo* (2016) que o neoliberalismo atingiu uma condição de afirmar-se como a *razão do capitalismo contemporâneo*, um capitalismo que se vê desimpedido em suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e uma norma geral de vida.

Como racionalidade, sua tendência não é apenas organizar e estruturar a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. “Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade” (DARTOT & LAVAL, 2016, p.16). Enquanto nova razão do mundo, o neoliberalismo busca estabelecer certos tipos de relações sociais que incidiriam sobre a forma de nossa existência. Mesmo a noção de indivíduo é afetada, instada a conceber-se como uma empresa. “Tende à totalização, isto é, a ‘fazer o mundo’ por seu poder de integração de *todas* as dimensões da existência humana” (idem, p.16, grifo dos autores). A abrangência desta busca pela totalização pode ser explicada pela amplitude dos fatores que envolveram a sua vitória: político (conquista do poder por forças neoliberais), fatores econômicos (crescimento veloz do capitalismo financeiro globalizado), seus aspectos sociais (individualização das relações sociais e erosão as solidariedades coletivas) e ainda sob seu aspecto subjetivo (surgimento de um “novo” sujeito e desenvolvimento de novas patologias psíquicas).

Se admitirmos que o neoliberalismo não deva ser interpretado apenas como uma política econômica ou ideologia – ou ainda uma combinação destas – e o analisarmos como tendo atingido uma condição de nova forma de racionalidade ou de uma hegemonia qualitativamente inédita, nos permite associar uma gama de problemas que muitas vezes não são perceptíveis dentro da lógica em que estão inseridos. É a partir destes pressupostos que inserimos a questão das relações de historicidade em tempos neoliberais.

Para uma tentativa de compreensão da temporalidade contemporânea, nos será útil a noção desenvolvida pelo historiador francês François Hartog de *presentismo*. Através deste conceito demarca-se a peculiaridade da atual relação com o tempo. Coloca-se em relevo a forma com que o ocidente e o mundo ocidentalizado experimentam sua relação temporal, marcada por um presente único, sob a tirania do instante e da estagnação de um presente perpétuo. “Um presente onipresente, onipotente, que se impõe como único horizonte possível e que valoriza só o imediatismo” (HARTOG, 2015, p.15). Estaríamos vivendo numa ordem do tempo desorientada, entre dois abismos: de um lado um passado que não foi abolido e esquecido, mas que não orienta o presente e nem permite imaginar o futuro; de outro, um futuro sem uma imagem/figura antecipada.

---

6 Possivelmente o conceito de racionalidade neoliberal é utilizado pela primeira vez em BROWN (2003).

A noção de presentismo viria associada a de *regimes de historicidade*, onde Hartog, a partir do aporte conceitual do alemão Reinhart Koselleck, busca demarcar uma espécie de Ordem do Tempo, estabelecendo hierarquias nas experiências temporais e as delimitando em diferentes períodos, funcionando como um instrumento comparativo. Assim, na atual quadra histórica, teríamos um corte no tempo, onde a “tirania do futuro”, por definição inalcançável, cederia espaço para um incerto e imprevisível por vir. O otimismo característico do “futurismo”, que marcaria o século XIX e boa parte do século XX, teria sido suplantado no presentismo, onde passa a imperar o ceticismo ou mesmo o pessimismo, alimentado por uma percepção do futuro como ameaça e do passado como trauma, restando apenas o presente como possibilidade.

Hartog, em seu trabalho, no entanto, não associa diretamente o presentismo ao neoliberalismo, apenas de forma indireta e não-explicitada. Mais do que isso, chama a atenção a forma lacunar que o político é abordado em sua caracterização de um regime de tempo presentista. Esta lacuna, a nosso ver, é especialmente problemática. Se o regime futurista da modernidade não poderia ser bem compreendido excluindo o Político, como operar uma compreensão da evolução deste regime ou mesmo de sua sucessão, ignorando este aspecto? No entanto, a despeito dos limites do conceito de presentismo, tal qual elaborado por Hartog, entendo que este neologismo é útil, mesmo que provisoriamente, pois ele sintetiza com sucesso questões que estão postas na construção discursiva, atualmente dominante, das relações de temporalidade modernas. Um uso do presentismo, incorporando o Político, permite abrir novas questões para a teoria política, dentro de uma análise histórica, ou mais especificamente, indagar se o olhar posto nas formas de temporalização —conceitual e prática— resulta sugestivo para a política e em qual sentido. A verificação destas ocorrências poderia ser “tomado como índices de um deslizamento nas formas de articulação entre espaço de experiências e horizonte de expectativas no campo do pensamento e da ação política” (RABOTNIKOF, 2017, p.35). A seguir, se apontará como se apresenta um possível embricamento entre uma historicidade presentista e a razão neoliberal.

O neoliberalismo, com seu presentismo, busca representar uma ruptura ou superação da historicidade da modernidade, mas sem conseguir, de forma plena, atingir seu objetivo. Em termos efetivos, é forçada não apenas a conviver com traços importantes da modernidade, como até mesmo reivindicá-la como condição de existência. Esta é a forma ambivalente com que, ao mesmo tempo que busca estabelecer um “ponto final” na história, recusando qualquer futurismo modernista, acaba tendo de, forçosamente ou não, por exemplo, valer-se da “aceleração do tempo”, típica da modernidade, para sua legitimidade. Vejamos brevemente esta a relação entre tempo acelerado e modernidade.

No ocidente, a partir do século XVI, o tempo escatológico da historicidade cristã, paulatinamente cedeu espaço para a temporalidade moderna. No século XVIII este processo atingiria seu pleno desenvolvimento, tendo na Revolução Francesa um de seus momentos paradigmáticos. A revolução seria o símbolo maior desta mudança cultural, onde homens e mulheres deslocariam da providência divina para si próprios os seus destinos. Aliada a uma crença na razão humana, através da noção de progresso, tinha-se os meios factíveis para a própria humanidade construir as condições para um futuro idealmente superior ao presente. Se caracterizaria o futuro deste progresso em duas direções: numa, pela aceleração com que se põe à nossa frente, noutra, por seu caráter desconhecido. A aceleração do tempo abrevia os campos de experiência e fratura sua continuidade, colocando a relação com o presente em suspenso, frente a um futuro não realizado, mas próximo. A tarefa do planejamento temporal se apresenta neste momento. “É apenas no turbilhão da aceleração que nasce um movimento de adiamento, que contribui para a antecipação do tempo histórico pela alternância de reação e revolução” (KOSELLECK, 2006, p.37).

A aceleração do tempo, seja ela em suas manifestações política e filosóficas<sup>7</sup>, ou ainda em termos materiais, através dos efeitos da Revolução Industrial<sup>8</sup>, é um dos traços fundamentais da modernidade. A associação entre a modernidade, aqui entendida em sua ampla e difusa dimensão cultural, e o capitalismo é incontornável. Uma busca, cada vez mais frenética, por ampliação de mercados e inovações tecnológicas, acompanhadas por constantes transformações culturais, onde criação e destruição, muitas vezes autofágica, seria um aspecto marcante do moderno e ocidental sistema capitalista. Em termos de regime de historicidade, mesmo que de forma heterogênea, a dimensão futurista seria um traço quase que indistinto da experiência modernista no século XIX e em boa parte do século XX. Neste aspecto, o utopismo<sup>9</sup>, em termos políticos, foi um emulador destas esperanças que mobilizaram ideais de construção de futuras sociedades melhores.

Não por acaso, o neoliberalismo e sua narrativa de congelamento do presente, opere preferencialmente com o futuro projetado como uma negação da utopia. Um amanhã diferente, no neoliberalismo, é por definição uma representação distópica. Sem imaginação política, a possibilidade de uma organização social diferente só pode ser objeto de temores

---

7 No século XIX, A noção de os homens e as mulheres poderiam, através da razão e dos avanços técnicos, modificar sua realidade de forma intencional, se faria presente em todas as grandes correntes filosóficas europeias, desde o liberalismo, até comunismo e o anarquismo.

8 A revolução industrial e a aceleração dos ritmos produtivos, trariam mudanças materiais significativas nas formas de sociabilidade, como por exemplo a transição de um tempo humano ditado pelos ritmos da natureza, passando para a disseminação e imposição do controle mecânico do tempo, numa espécie de “ditadura do relógio”, como bem apontado por Benedict Anderson (1993, p.43-62).

9 “O utopismo é aqui definido como uma projeção imaginativa de uma sociedade mais ordenada (não um “sonho” perfeccionista) que oferece uma solução para graves problemas sociais e políticos” (CLAEYS, 2013, p.144)

e insegurança. O presente, como arquétipo do possível, opera bloqueando qualquer tipo de dilatação do horizonte de expectativas.

O tempo neoliberal é um tempo eminentemente presentista, o que não significa que este tempo seja apenas gerado por determinações de ordem política, a ideologia cumpre aqui um papel significativo mas não exclusivo. Em sua imanência, o tempo do capitalismo moderno e ocidental é um tempo veloz, das transformações por vezes disruptivas, que impelem a uma noção de movimento, o que, por definição, é estranho a uma representação de um “presente perpétuo”. Há aqui uma impossibilidade, em termos ontológicos, de uma conciliação ou estabilidade entre a aceleração e a presentificação. Mas será que, contrariando (ou contornando) esta impossibilidade ontológica, seria possível uma instrumentalização presentista de um tempo veloz? Em certo sentido, sim!

Neste final da segunda década do século XXI, é amplamente difundida certa sensação ou diagnóstico de uma “aceleração” da vida, ainda que de uma forma um tanto difusa, mas perceptível. Mesmo que não convergindo inteiramente sobre suas causas e, principalmente, seus efeitos e consequências, a velocidade acelerada com que indivíduos experienciam suas vidas é um elemento que aprofundou-se, quase sem sobressaltos, nas últimas décadas. Comumente associado aos avanços tecnológicos, em especial da internet, a ele se associam fatores que vão desde a massificação da inclusão digital, o aumento exponencial dos fluxos de dados, a expansão e incorporação da conectividade a todas as ações coletivas e individuais (“internet das coisas”) e, principalmente, permeando e condicionando aos exemplos anteriores, a aceleração dos fluxos de circulação e produção do capital. Em outras palavras, a aceleração temporal não é apenas uma marca subjetiva, mas encontra uma *materialidade* verificável.

São bastante conhecidas as consequências da mundialização financeira, gestada no processo de liberalização, desregulamentação e integração dos mercados de capitais pelo planeta. A acelerada financeirização das economias nas últimas décadas, estimulando ou acompanhando a um processo global (e desigual) de reestruturação produtiva, reordenou algumas lógicas e hierarquias centrais do capitalismo. O papel ocupado atualmente pelo capital financeiro, secundarizando os capitais produtivos, parece ter atingido, neste momento, o seu pleno apogeu. Nesta configuração atual do capitalismo – vinculada intrinsecamente à ampliação sem precedentes das dimensões sociais submetidas a mercantilização – a chamada financeirização pode ser compreendida como um processo de reordenação geral da lógica de acumulação, priorizando a valorização financeira. Assim, dessa forma, passa a submeter ao processo produtivo como um todo aos seus objetivos, temporalidades e formas de funcionamento.

De uma sociedade capitalista, cuja lógica, de uma forma mais ou menos geral, obedecia aos delimitados e rígidos “tempos da produção” ou “tempo da fábrica”; assistimos

hoje sua paulatina e quase irrefreável substituição pelo “tempo financeiro” ou “tempo da bolsa de valores”. Com o capital deslocando sua vinculação principal com o “real” do mundo produtivo, tendo na financeirização seu principal vetor de dinamismo, aprofunda-se, de forma dramática, o diagnóstico já feito por Karl Marx (2013), de que o objetivo final do capital obedece a um tautológico ordenamento: o capital deve gerar mais capital, para assim, gerar mais capital! Um movimento circular, cuja finalidade última se autolegitima. O capital é um fim em si mesmo, cada vez mais apartado da sociedade, condicionando-a a este seu desígnio último. A aceleração do tempo no atual capital financeiro assumiu uma dimensão que ultrapassa qualquer temporalidade humana até então conhecida, tornando o movimento de realização do mais-valor veloz de uma forma sobre-humana. A desumanização no funcionamento do capitalismo atual adquiriu uma condição não apenas metafórica, mas efetiva, a partir do uso de “robôs” na execução de tarefas financeiras. Chamam-se de robôs os softwares dotados de “inteligência” artificial, configurados para comprar e vender ações num intervalo que pode chegar a 10 milissegundos. Para efeito de comparação, uma piscada de olho demora cerca de 400 milissegundos!<sup>10</sup>

Derivada desta percepção de uma “aceleração do mundo” teremos autores que buscaram estabelecer outros nexos gerais com as transformações e crises sociais contemporâneas, como o sociólogo alemão Hartmut Rosa. Em seu livro *Social acceleration: a new theory of modernity* (2013), argumenta, resumidamente, que a aceleração social, institucional e individual estaria defasada em relação à aceleração das tecnologias e da economia. Para Rosa, desta “dessincronizações” das forças de aceleração (revoluções tecnológicas, ritmo de vida, etc) com as instituições (governos, judiciário, educação, etc) que resultariam os efeitos desestabilizadores (e mesmos nefastos) na modernidade tardia: falta de confiança nas democracias, retorno e expansão das doutrinas ultraconservadoras, incapacidade de eliminar ou diminuir o grau de alienação dos indivíduos e etc.

Um dos méritos de Hartmut Rosa é identificar que esta “aceleração social” não é algo que começou exatamente agora, mas que este processo assimétrico acontece há quase três séculos, ou seja, acompanhando o nascimento da própria modernidade. Para além de outros aspectos instigantes ou criticáveis no trabalho de Rosa, ao destacar uma singularidade a fenômenos presentes, mas cujas raízes o próprio autor reconhece serem mais longevos, expõe mais do que uma contradição, mas as marcas de continuidade entre certos fenômenos que contemporaneamente ganham relevo. Ao largo das rupturas parciais ocorridas, a modernidade ocidental capitalista – ainda que em sua versão tardia – conserva seu centro organizador sistêmico. Em outros termos, verifica-se que ao largo de

---

10 Para medir a abrangência deste fenômeno, basta observar que a automação das operações financeiras, em 2014, já absorvia cerca de 40% das operações de compra e venda que ocorriam no mercado financeiro brasileiro e nos EUA, no mesmo período, 70% das operações na bolsa eram controladas por robôs. Cf. PARANÁ (2016).



descontinuidades e novas situações que emergiram historicamente nas últimas décadas, há uma continuidade e aprofundamento de características estruturais (e estruturantes) do capitalismo.

Retendo este pressuposto e identificando que deste aprofundamento o capitalismo, de forma igualmente acelerada, assumiria, em termos políticos e estruturais, a sua faceta mais regressiva, em termos sociais, mas, por certo, não livre de contradições e instabilidades inerentes. Neste sentido, poderemos avançar para a tentativa de compreensão de uma possível e, necessariamente efêmera, tentativa de instrumentalização presentista de um tempo veloz. Como compreender a relação entre um tempo veloz e seu ímpeto por um movimento acelerado de corpos e capitais, tendo como contraparte o pressuposto de uma presentificação do tempo que, por definição, remete a uma noção de paralisia ou movimentos semi-estáticos?

Momentaneamente, através de uma singular e contraditória relação, o asseleracionismo, inerente a modernidade capitalista, de certa forma se associa com o presentismo projetado na atualidade. Se num registro anterior, a noção de aceleração do tempo tinha sua ligação com o Progresso, e por tanto, indissociável de um movimento à frente, de busca de alterar a realidade colocada; na ordem presentista, a aceleração passa a ser concebida como um fim em si. Esta construção é reveladora de suas ambivalências: se por um lado projeta uma imagem fixada no presente vivido, aduzindo uma temporalidade, de certa forma, estática; por outro, regozija-se de uma vivência no absoluto, onde estaríamos sob a velocidade onipresente. “Para que olhar para trás? Veloz, o presente torna-se eterno. Cada um está persuadido de que cada dia será seu último dia!” (REIS, 2012, p.54). Como já mencionado, a aceleração do tempo e a presentificação do futuro são contraditórias em si, mas, momentaneamente e de forma instável, parecem se autocompletar. Nossa hipótese é que o elo estabilizador entre estas duas tensões é o próprio neoliberalismo. Um tempo acelerado, de um lado, e o presentismo de outro, atuam como representações ou fenômenos que conformariam, momentaneamente, uma temporalidade neoliberal.

Como já mencionado, a velocidade do fluxo de dados nas redes não é acompanhada por uma velocidade de transformações sociais e políticas correspondentes, pelo contrário, a dimensão social encontra-se projetada em um retrato semi-petrificado. A organização política parece condenada a ter de contentar-se com as atuais estruturas políticas disponíveis ou temer as ameaçadoras alternativas colocadas (fascismos, fundamentalismos religiosos, etc.). Assim, a projeção do futuro como continuidade essencialmente inalterada do presente funcionaria como um elemento que visa atuar como um estabilizador das tensões e contradições sociais provocadas pelo próprio neoliberalismo (enquanto ideologia hegemônica) e a evolução do capitalismo (com suas contínuas transformações técnicas). No terreno das mudanças do sistema capitalista nas últimas décadas, nos interessará aqui

explorar de que forma se relaciona com a contemporânea experiência humana com o tempo, em sua historicidade, identificando algumas de suas implicações políticas.

A aceleração do capital financeiro, por sua própria natureza, multiplicou riquezas na mesma velocidade com que as concentrou. Nunca tão poucos detiveram tanta riqueza no mundo, como neste século<sup>11</sup>. Esta desigualdade estrutural encontra sua expressão política legitimadora no neoliberalismo. Convertido em uma “nova razão do mundo”, habilmente o neoliberalismo soube instrumentalizar este “tempo acelerado”, para promover o aprofundamento de suas políticas. A velocidade dos acontecimentos cobram respostas igualmente velozes, onde associa-se aqui a noção de *urgência* como parâmetro para justificar a velocidade com que certas medidas e decisões políticas são tomadas. É devida a urgência, que políticas econômicas de austeridade são implementadas por governos contornando ou suprimindo a democracia. Eles invariavelmente justificam que a velocidade com que suas medidas devem ser implementadas, não podem esperar a (suposta) lentidão dos processos democráticos, pois a urgência da crise, impõem estas ações excepcionais. Mas, como no atual capitalismo tardio sempre haverão novas crises – estimuladas pela aceleração (e encurtamento) dos ciclos econômicos de expansão e recessão – o “estado de crise” torna-se uma constante, estimulando que o discurso da urgência sirva de apelo as globalmente difundidas agendas de reformas, orientadas sob uma racionalidade neoliberal.

Tempos de crise, são períodos onde instabilidades se difundem. A instabilidade das crises permanentes e variadas, somada a vertigem da aceleração temporal, possivelmente turvam ou bloqueiam, para muitos, as possibilidades cognitivas de compreensão da sociedade que os cerca. Modo de ação política que Naomi Klein (2007) definiu como a Doutrina de Choque dos governos neoliberais. Isso talvez explique porque, mesmo ostentando resultados frágeis ou pífios quando implementadas, as ideias neoliberais apresentam ainda adesão. Para compreender esta relação de apoio ou resignação e apatia de amplos setores populares frente ao conjunto de políticas e ideários neoliberais, que jamais deve ser vista de forma homogênea, devemos lembrar que, para além da dominação política objetiva dos capitalistas, a reificação, como apontava Adorno, obscurece a percepção e torna esta sujeição ainda mais plena e indispensável para o sistema. “Quanto mais completo o mundo como aparência, mais impenetrável a aparência como ideologia.” (ADORNO, 2001, p. 28).

Mas, seguramente, não apenas em termos de alienação deve ser compreendida esta aceitação ou consentimento com o ideário neoliberal, mas devemos observar como, em certa medida, o neoliberalismo adentraria na própria noção atual de sujeito no mundo ocidental e ocidentalizado. Como argumenta Wendy Brown, entraria em cena a figura

---

11 Além da popular pesquisa de PIKETTY (2014), demonstrando, de forma conclusiva, como os ricos ficaram ainda mais ricos após a crise de 2008, os últimos relatórios da OXFAM, como o de 2017, onde são expostos dados eloquentes sobre a elevação das desigualdades sociais no mundo.

contemporânea do *homo oeconomicus*. Para os neoliberais, os seres humanos seriam apenas e em todos os lugares *homo oeconomicus*. Não era assim para economistas clássicos, onde os sujeitos estavam ligados ao mercado na economia, mas não em vida cívica, familiar, política, religiosa ou ética. Em segundo lugar, o *homo oeconomicus* neoliberal hoje toma forma como capital humano de valor, não como uma criatura de troca, produção ou mesmo interesse. Isso é marcadamente diferente da forma como era concebida por Smith, Bentham, Marx, Polanyi, ou mesmo Gary Becker. (BROWN, 2015, p.32-36). Esta reconfiguração dos sujeitos, isoladamente, seria pouco efetiva, caso não estivesse associada a outros processos gerais.

Um traço distintivo do atual estágio do capitalismo é sua hiperaceleração dos circuitos do capital, tendo a financeirização como centro (re)organizador do capitalismo atual, onde se derivam efeitos subjetivos (e objetivos) marcantes, de múltiplas e variadas incidências. Como já mencionado, a noção de tempo acelerado é invariavelmente associada as transformações tecnológicas e seus variados impactos. Seus efeitos sobre o mundo do trabalho, com a difusão da automação, substituindo pessoas por máquinas, em diversos setores da economia e cuja tendência aponta para sua ampliação para quase todas as funções laborais (desde o trabalho simples até as atividades de maior complexidade), apontam para perspectivas de maior precarização nas relações de trabalho. Precarizado, o trabalhador se vê obrigado a literalmente correr pela sobrevivência, a aceleração de sua vida se pauta pela urgência de desempenhar múltiplas (e mal remuneradas) tarefas, cabendo apenas a si a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. As recentes reformas nas leis trabalhistas no Brasil e na França são exemplos de como as políticas neoliberais estão utilizando as inovações tecnológicas como meio de institucionalizar o trabalhador precarizado, estimulando, pela ação do Estado, a condição de *homo oeconomicus* como sujeito universalizante.

Para além disso, a agenda de reformas neoliberais atuam, invariavelmente sob uma mesma lógica: supressão de direitos sociais, liberalização do capital e redução do papel do Estado na economia. Exemplificando, retiram-se direitos sociais, como justificativa para adequar as “contingências dos novos tempos” e assegurar que novas formas de exploração sejam livremente aprofundadas, contando com o respaldo da legitimidade da norma legal. Esta agenda, sustentada discursivamente pela *urgência*, inerente a medidas de *choque*, só é possível em uma situação que parece confirmar a tese do filósofo alemão Walter Benjamin, ao qual “A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral”. O neoliberalismo associa-se plenamente a globalmente disseminada lógica de “Estado de Exceção” velada. Seu movimento contínuo é o de que para “salvar a democracia”, suspende-se a própria democracia (AGAMBEN, 2017). A formalidade jurídica segue existindo, mas os espaços democráticos são cada vez menos

efetivos, a economia tornou-se, em quase todo o globo, um espaço autônomo e imune a qualquer ingerência popular. A “ditadura do capital” ganhou uma dimensão inaudita no político que tem sua expressão histórica maior na semilegalidade de um Estado de Exceção.

Por certo, neoliberalismo e democracia não são indissociáveis, pelo contrário, sua evolução histórica nos indica uma impossibilidade da agenda de políticas neoliberais conviverem com expedientes democráticos de forma duradoura. A hegemonia neoliberal estabeleceu as bases legitimadoras para um processo de ruptura entre o capitalismo e a democracia. Tornando a distância entre governos e governados substancial, a racionalidade neoliberal busca integrar todas as dimensões humanas a sua lógica, possibilitando uma tentativa de naturalização deste esvaziamento da democracia, pela *urgência* conjuntural que, invariavelmente, se converte em permanente. Em comum entre as diferentes experiências recentes e variadas de supressão democrática (Brasil, Turquia, Filipinas, Polônia, Hungria, etc) é que a formalidade democrática é preservada na aparência, mas esvaziada de sua efetividade.

Por vezes estes processos de recuo democrático ocorrem de forma velada, assumindo um discurso tecnicista que mal disfarça seu *ethos* autocrático, como no exemplo europeu, onde a União Europeia impõe indiscriminadamente e de forma draconiana, políticas de austeridade econômica que provocam flagelos sociais de graves proporções, como o exemplo da Grécia é o mais eloquente exemplo. Mas também podem ocorrer na forma de um conflito aberto, como no caso brasileiro, onde a “dinâmica de desdemocratização em curso sugere um momento de transição política, marcado pela suspensão do tempo político e pela incerteza das regras mais básicas do seu jogo institucional.” (BALLESTRIN, 2017). Esvaziando a política institucional de possibilidades de mudanças, tornando alternâncias de governos mera formalidade, sem que as bases das políticas neoliberais sejam afetadas, o presentismo se manifesta no campo político como mecanismo de preservação da ordem estabelecida, mesmo em situações onde a própria “ordem” se assemelhe muito mais a uma desordem, como ocorre no Brasil.

O horizonte de expectativas no presentismo é reduzido e pragmático, provocando uma relação conflitiva no campo de experiência. Para os detentores do capital, o futuro representado como reprodução do presente é condição para manutenção de seus privilégios; para a massa de vidas precarizadas o presentismo se manifesta na luta por uma vida vivível.

Desta forma, a guisa de conclusão, parece nítido que as relações de historicidade são indissociáveis de sua relação com o político e a temporalidade neoliberal é sua expressão contemporânea maior. O presentismo, como representação sintética de um tempo neoliberal, encontra na própria dinâmica de vidas aceleradas, uma contra-tendência a impedir, frear ou rivalizar sua plena difusão. Por certo, um tempo acelerado é um dos traços

da modernidade, mas não seu único. Sua dimensão política, como já mencionado, esteve invariavelmente associada a projeção de um ideal de futuro, socialmente constituído. Nos séculos XIX e boa parte do XX andaria de mãos-dadas a noção de progresso, sendo um componente marcante dos diferentes discursos hegemônicos de cada período e lugar. Mas não apenas, neste mesmo período, entre as vozes subalternizadas e contra-hegemônicas, esta dimensão de futuro também esteve presente, mobilizando esperanças e projetos alternativos. O que se identifica como uma singularidade atual é a constatação de que o discurso hegemônico abandonou, em boa medida, suas promessas futuristas. O que não significa a “morte do futurismo”, mas seu deslocamento para uma condição periférica ou, quando muito, auxiliar. Hoje, as vozes que buscam recuperar ou apelar para um discurso de futuro alternativo e qualitativamente distinto são principalmente expressões políticas minoritárias e subalternas.

Em um regime de historicidade guiado por uma razão neoliberal, a própria relação social com o tempo converte-se em um espaço de disputa. Nesta direção, mais do que um exame crítico analítico das relações de temporalidade socialmente constituídas e dominantes, deve-se destinar um olhar privilegiado para as fissuras e resistências a esta normatividade que se impõe.

Referências:

ADORNO, Theodor W. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. São Paulo: Ática, 2001

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Cidade do México: Fondo de cultura económica, 1993.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. IN: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry & CAMILLER, Patrick (Org.). **Um mapa da esquerda na Europa ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALLESTRIN, Luciana. **Pós-democracias no sul global e a melancólica desdemocratização no Brasil contemporâneo**. Justificando. Novembro de 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/11/23/pos-democracias-no-sul-global-e-melancolica-desdemocratizacao-no-brasil-contemporaneo/>> .Acesso em: 23 nov. 2018.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BROWN, Wendy. Neo-liberalism and the End of Liberal Democracy. **Theory & Event**. Vol.7 nº01, Baltimore: The Johns Hopkins University, 2003.

\_\_\_\_\_. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. Nova York: Zone Books, 2015.

CLAEYS, Gregory. **Utopia: a história de uma ideia**. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

DARTOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

KLEIN, Naomi. **La doctrina del shock: el auge del capitalismo del desastre**. Barcelona: Paidós Iberica, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista**. Madri: Siglo XXI, 1987.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MIROWSKI, Philip & PLEHWE, Dieter. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective.** Cambridge/Londres: Harvard, 2009.

PARANÁ, Edemilson. **Crise, risco e aceleração social na era da Finança Digitalizada.** 2016. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/crise-risco-e-aceleracao-social-na-era-da-financa-digitalizada/>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RABOTNIKOF, Nora. Tiempo, historia y política. **Desacatos. Revista de Ciencias Sociales**, nº55, p. 28-43. Cidade do México: CIESAS, 2017.

REIS, José Carlos. **Teoria & História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ROSA, Hartmut. **Social acceleration: a new theory of modernity.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2005.

THERBORN, Goran. A crise e o futuro do capitalismo, IN: SADER, Emir. GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.